

# Demonstrações Contábeis

**CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente



# CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

## Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

**Shape the future  
with confidence**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos

Diretores e Acionistas da

**Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S.A.**

Touros – RN

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future  
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade'.

Francisco F. A. Noronha Andrade  
Contador CRC PE-026317/O

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81	10.137
Impostos a recuperar	5	2.036	-
Despesas antecipadas		61	747
Adiantamentos a fornecedores		2.453	2.453
Outros ativos		548	-
<b>Total ativo circulante</b>		<b>5.179</b>	<b>13.337</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito	6	18.940	-
		<b>18.940</b>	<b>-</b>
Ativo de direito de uso		640	627
Imobilizado	7	139.880	1.984
		<b>140.520</b>	<b>2.611</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>159.460</b>	<b>2.611</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>164.639</b>	<b>15.948</b>
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	10.243	96
Arrendamentos		8	7
Impostos a recolher	5	296	3
Dividendos	10	163	-
<b>Total passivo circulante</b>		<b>10.710</b>	<b>106</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	74.726	-
Arrendamentos		681	653
Provisões para contingências	15	340	-
Partes relacionadas	10	623	514
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>76.370</b>	<b>1.167</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	11	77.036	14.703
Reservas de lucros		523	-
Prejuízos acumulados		-	(28)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>77.559</b>	<b>14.675</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>164.639</b>	<b>15.948</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas administrativas	12	(22)	(19)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(22)</b>	<b>(19)</b>
Receitas financeiras	13	1.102	-
Despesas financeiras	13	(35)	(3)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>1.067</b>	<b>(3)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.045</b>	<b>(22)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(331)	-
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>714</b>	<b>(22)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	714	(22)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>714</u>	<u>(22)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>494</b>
Aumento de capital	11.308	-	-	11.308
Adiantamento - Futuro aumento de capital	2.895	-	-	2.895
Prejuízo do exercício	-	-	(22)	(22)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14.703</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>14.675</b>
Aumento de capital	62.333	-	-	62.333
Lucro líquido do exercício	-	-	714	714
Constituição de reserva legal	-	34	(34)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(163)	(163)
Destinação para reserva de lucros	-	489	(489)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>77.036</b>	<b>523</b>	<b>-</b>	<b>77.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro ou (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	1.045	(22)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Arrendamentos - atualização financeira	-	52
	<u>1.045</u>	<u>30</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Impostos a recuperar	(2.036)	-
Caixa restrito e depósitos judiciais	(18.940)	-
Despesas antecipadas	686	(104)
Outros ativos	(548)	-
	<u>(20.838)</u>	<u>(104)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	8.428	95
Impostos a recolher	(390)	3
Partes relacionadas	109	514
	<u>8.147</u>	<u>612</u>
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(11.646)</u>	<u>538</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	352	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(11.294)</u>	<u>538</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado	(134.649)	(1.890)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(134.649)</u>	<u>(1.890)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	62.333	11.308
Captação de empréstimos e financiamentos	74.090	-
Pagamentos de encargos de dívidas	(475)	-
Pagamentos de arrendamentos	(61)	(58)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>135.887</u>	<u>11.250</u>
<b>(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(10.056)</u>	<u>9.898</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81	10.137
	10.137	239
	<u>(10.056)</u>	<u>9.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, constituída em 09 de dezembro de 2021, com sede em Fazenda Água Limpa, S/N, KM RN 023, Zona Rural, na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59584-000. A Companhia é controlada pela SPIC Brasil Participações Eólicas S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia com atividade preponderante de participação em implantação, operação, manutenção e exploração comercial de centrais geradoras eólicas integrantes, seja por meio da comercialização de energia elétrica e eventuais créditos decorrentes de certificados de redução de emissão de carbono, seja mediante o arrendamento de instalações, títulos e direitos, bem como a prática de todas as atividades necessárias e acessórias às finalidades retro referidas.

### 1.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter a continuidade operacional e concluiu que existem recursos suficientes para suportar suas operações no futuro previsível. Não foram identificadas incertezas relevantes que possam gerar dúvidas significativas quanto à capacidade da Companhia de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

O Capital circulante negativo na Companhia é decorrente de pagamentos para a construção do parque eólico e está suportado por aportes pela controladora afim de garantir a construção do parque eólico com previsão de conclusão em agosto de 2026.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

### 2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo imobilizado (nota explicativa 7).

## 3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

### 3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

<b>Norma</b>	<b>Alteração</b>	<b>Correlação IFRS / IAS</b>	<b>Vigência a partir de</b>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos na atividade de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, a operação de financiamento contratada como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas e bancos	19	10.137
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	62	-
	<u><b>81</b></u>	<u><b>10.137</b></u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas de 82,08% a 96,50% em 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5. Imposto a recuperar e a recolher

O quadro apresentado abaixo tem como objetivo demonstrar as mutações dos valores de Impostos à Recuperar e à Recolher nas contas patrimoniais.

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativo - Impostos a recuperar					
Imposto de renda e contribuição social	-	-	352	(352)	-
PIS e COFINS	-	4	-	-	4
ICMS	-	-	24	1.368	1.392
IRRF sobre aplicação financeira	-	618	-	(580)	38
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	602	602
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>622</b>	<b>376</b>	<b>1.038</b>	<b>2.036</b>
Circulante	-	-	-	-	2.036
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.036</b>
Passivo - Impostos a recolher					
Imposto de renda e contribuição social	-	331	-	(331)	-
PIS e COFINS	-	197	(179)	-	18
ICMS	-	1.923	(3.263)	1.368	28
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	3	2.637	(2.391)	1	250
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5.088</b>	<b>(5.833)</b>	<b>1.038</b>	<b>296</b>
Circulante	3	-	-	-	296
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>296</b>

## 6. Caixa restrito

	<u>Não circulante</u> <u>31/12/2025</u>
Depósitos judiciais (i)	330
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	18.610
<b>Total</b>	<b>18.940</b>

(i) Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se a valores vinculados a processos em tramitação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). Tais processos decorrem de ações judiciais nas quais a Companhia formula pedido preliminar para constituição de servidão de passagem destinada à implantação de linha de transmissão em parte da propriedade dos réus. Estes depósitos têm por finalidade garantir o cumprimento de obrigações financeiras discutidas judicialmente, servir como caução ou assegurar futura execução de sentença, conforme determinado pelo juízo competente.

(ii) Refere-se integralmente ao Fundo de Reserva FIF BNB, remunerado à taxa média de 93,58% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 15/07/2049 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 9.

## 7. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

**a. Composição do Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
<b>Imobilizado</b>				
Imobilizado em curso				
Geração	139.880	139.880	1.984	1.984
Total do imobilizado em curso	<b>139.880</b>	<b>139.880</b>	<b>1.984</b>	<b>1.984</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>139.880</b>	<b>139.880</b>	<b>1.984</b>	<b>1.984</b>

**b. Movimentação do Imobilizado**

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em curso			
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	3.989	3.989
Máquinas e equipamentos	1.984	133.907	135.891
Total do imobilizado em curso	1.984	137.896	139.880
Total do imobilizado	1.984	137.896	139.880

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	72	1.912	1.984
Total do imobilizado em curso	72	1.912	1.984
<b>Total do imobilizado</b>	<b>72</b>	<b>1.912</b>	<b>1.984</b>

### 8. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	10.243	96
	<b>10.243</b>	<b>96</b>

O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 refere-se principalmente a pagamentos a fornecedores vinculados a construção do parque solar.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

### 9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o financiamento esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a. Composição dos financiamentos é como segue:

	31/12/2025		
	Encargos	Principal	Total
	Não Circulante	Não Circulante	
<b>Moeda nacional</b>			
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	2.316	71.260	73.576
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	39	1.111	1.150
<b>Total</b>	<b>2.355</b>	<b>72.371</b>	<b>74.726</b>
<b>Total de dívidas</b>	<b>2.355</b>	<b>72.371</b>	<b>74.726</b>

b. Características dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	29/12/2022	BRL	IPCA + 4,31%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	29/12/2022	BRL	IPCA + 5,27%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada abaixo:

<b>Passivo</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Juros provisionados</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>					
Financiamentos					
Juros	-	-	(475)	475	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(475)</u>	<u>475</u>	<u>-</u>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos					
Principal	-	74.090	-	-	74.090
Juros	-	-	-	2.355	2.355
Custo de transação	-	(1.719)	-	-	(1.719)
	<u>-</u>	<u>72.371</u>	<u>-</u>	<u>2.355</u>	<u>74.726</u>

d. Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

<b>Vencimento</b>	<b>Nacional</b>	<b>Total</b>
Não Circulante		
2027	5.113	5.113
2028	3.168	3.168
2029	3.173	3.173
2030	3.178	3.178
2031 até 2035	15.969	15.969
2036 até 2040	16.109	16.109
2041 até 2045	16.261	16.261
Após 2046	11.755	11.755
	<u>74.726</u>	<u>74.726</u>
Total	<u>74.726</u>	<u>74.726</u>

### 9.1 Condições restritivas (Covenants)

Em 29 de Dezembro de 2022 foi contratado financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Itaú S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

O Contrato Geral de Garantias estabelece covenant financeiro relacionado à capacidade de pagamento, calculado conforme a metodologia contábil definida no Anexo 8.1 (xlix) do referido contrato, cujo limite máximo de comprometimento é de 70%. O índice será verificado a partir de 2027, ano que inicia a amortização dos Contratos de Financiamento.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

## 10. Transações com partes relacionadas

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo circulante</b>			
SPIC Brasil Participações Eólicas	Dividendos	163	-
		<u>163</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
SPIC Brasil Participações Eólicas	Custos compartilhados - capex	623	514
		<u>623</u>	<u>514</u>
<b>Total passivo</b>		<u><b>786</b></u>	<u><b>514</b></u>

Não há incidência de encargos financeiros sobre as transações realizadas entre partes relacionadas. Nenhuma das transações entre partes relacionadas encontra-se vencida ou apresenta indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações foram realizadas em condições previamente negociadas e formalizadas contratualmente entre as partes, não tendo sido identificadas transações atípicas ou realizadas fora do curso normal dos negócios.

A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

## 11. Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$77.036 (R\$ 14.703 em 2024) representados por 77.036.067 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, sem valor nominal ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada ação.

Os aportes de capital foram realizados nas datas discriminadas abaixo:

<u>Data</u>	<u>Valor em R\$ mil</u>	<u>Quantidade em milhares de ações</u>
<b>31/12/2024</b>	<b>14.703</b>	<b>14.703</b>
janeiro	20.901	20.901
março	11.019	11.019
maio	10.413	10.413
julho	10.000	10.000
setembro	10.000	10.000
<b>31/12/2025</b>	<b>77.036</b>	<b>77.036</b>

# CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social
SPIC Participações Eólicas S.A.	77.036	77.036	100%	14.703	14.703	100%
	<b>77.036</b>	<b>77.036</b>	<b>100%</b>	<b>14.703</b>	<b>14.703</b>	<b>100%</b>

## b. Reservas

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro a ser destinado:</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido apurado no exercício	714	(22)
Prejuízos acumulados	(28)	(6)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido ajustado</b>	<b>686</b>	<b>(28)</b>
Constituição da reserva legal - 5%	(34)	-
	<b>652</b>	<b>(28)</b>
<b>Destinação do lucro:</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios	163	-
Reserva de lucros	489	-
	<b>652</b>	<b>-</b>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	31/12/2025
<b>Reservas de lucro</b>	
Reserva legal	34
Reserva de retenção de Lucros	489
	<b>523</b>

O saldo de dividendos em aberto está composto abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2025
SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.	100%	163
		<b>163</b>

## CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 12. Custos e despesas (por natureza)

	2025		2024	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Serviços de auditoria	(22)	(22)	(11)	(11)
Outras	-	-	(8)	(8)
<b>Total</b>	<b>(22)</b>	<b>(22)</b>	<b>(19)</b>	<b>(19)</b>

### 13. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros		
Renda de aplicações financeiras	1.212	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(110)	-
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>1.102</b>	<b>-</b>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(35)	(3)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(35)</b>	<b>(3)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>1.067</b>	<b>(3)</b>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

#### Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade:

(i) se sim, ela deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que elas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

	2025
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	<b>(331)</b>
IRPJ - Corrente	(237)
CSLL - Corrente	(94)
	<b>(331)</b>

Composição da alíquota efetiva:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.045</b>	<b>(22)</b>
Alíquotas nominais vigentes	<b>34%</b>	<b>34%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	<b>(355)</b>	<b>7</b>
<i>Outros efeitos:</i>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	(7)
Outros	24	
<b>Imposto de renda e contribuição social efetivos</b>	<b>(331)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Corrente	(331)	-
	(331)	-
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(31,67%)</b>	<b>-</b>

## 15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## Provisões para contingências

### 15.1 Risco provável

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2025</u>
Cíveis	-	336	4	340
	-	<b>336</b>	<b>4</b>	<b>340</b>

**Ações de Constituição de Servidão de Passagem** – 0800319-75.2025.8.20.5158, 0800321-45.2025.8.20.5158, 0800322-30.2025.8.20.5158, 0800324-97.2025.8.20.5158, 0800328-37.2025.8.20.5158, 0800330-07.2025.8.20.5158, 0800327-52.2025.8.20.5158, 0800333-59.2025.8.20.5158, 0800335-29.2025.8.20.5158, 0800757-04.2025.8.20.5158 e 0800755-34.2025.8.20.5158

A Companhia é parte em ações judiciais movidas com o objetivo de instituir servidão de passagem necessária para a implantação de linhas de transmissão de energia elétrica. Os processos discutem a possibilidade de estabelecimento da servidão sobre parte das propriedades dos réus.

## 16. Instrumentos financeiros

### Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

### Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

# CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

## a) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seu financiamento.

A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

Operação	Principal	Taxa	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário
			I	II	III	IV	V
			(-0,50)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,50)
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.295	IPCA+4,31%	262.930	360.593	484.929	642.816	842.801
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	1.111	IPCA+5,27%	4.013	5.504	7.402	9.812	12.865

## b) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2025				31/12/2024	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	9.987	256	-	-	10.243	96
Empréstimos e financiamentos	-	-	17.924	56.802	74.726	-
Partes relacionadas	-	-	623	-	623	514
Arrendamentos	2	6	49	632	689	660
<b>Total</b>	<b>9.989</b>	<b>262</b>	<b>18.596</b>	<b>57.434</b>	<b>86.281</b>	<b>1.270</b>

## Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	81	81	10.137	10.137	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	18.940	18.940	-	-	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos	74.726	74.726	-	-	Custo amortizado
Arrendamentos	689	689	660	660	Custo amortizado
Partes relacionadas	623	623	514	514	Custo amortizado
Fornecedores	10.243	10.243	96	96	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, conforme tabela acima.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros riscos considerados relevantesa) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil – Reforma Tributária

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo — como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos.

Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia.

A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por sua própria natureza, já representam uma contribuição significativa para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), principais responsáveis pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas.

Ao gerar energia a partir de fonte renovável — sem a queima de combustíveis fósseis — o Grupo não apenas fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como também contribui para a redução da dependência do Brasil em relação ao petróleo e a outras fontes energéticas não renováveis.

No que se refere às consequências das mudanças climáticas e aos possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais identificados são: incêndios, explosões, interrupções operacionais e danos decorrentes de eventos naturais. Entretanto, até o momento, não foram identificados riscos climáticos relevantes que afetem diretamente as operações, exceto pela variabilidade do recurso eólico, que pode impactar os níveis de geração de energia.

A Companhia realiza o monitoramento contínuo das condições climáticas e atualiza periodicamente seus estudos de recurso eólico, com o objetivo de avaliar eventuais impactos sobre a produção futura de energia e apoiar a tomada de decisão estratégica.

## 17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Obras e com limite máximo de indenização de R\$ 50.000 (limite compartilhado com as controladas) com período de vigência de 27/01/2025 a 30/03/2026 e Riscos de Engenharia Civil com limite máximo de indenização de R\$ 350.000 (limite compartilhado com as controladas) com período de vigência de 27/01/2025 a 30/03/2026. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia e suas controladas; Central Eólica Pedra Amolar I SPE S.A.; A Central Eólica Paraíso Farol II SPE S.A.; A Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A.

# CENTRAL EÓLICA PEDRA DE AMOLAR II SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 18. Transações que não afetaram o caixa

	<u>31/12/2025</u>
Atividades de Investimento	
Imobilizado – Adição de juros sobre financiamento e AVP do arrendamento	2.884
Atividades de Financiamento	
Ativo de direito de uso – correção contratual	36

### Composição da Diretoria

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Guy Ishikawa  
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza  
CRC-1SP145065/O-9 S-RN